

Privatização da Redenção: Uma análise sobre a perda dos commons

YAGO GUTTERRES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

LUCAS CASAGRANDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

Privatização da Redenção: Uma análise sobre a perda dos *commons*

1 Introdução

O Parque Farroupilha¹, ou Redenção, é um dos espaços públicos mais emblemáticos de Porto Alegre, destacando-se por seu papel histórico, cultural e social. Desde sua origem, o parque transcende sua função de espaço físico, tornando-se um símbolo das dinâmicas sociais e políticas que marcam a cidade. Este trabalho analisa a complexa relação entre a proposta de privatização do parque e a preservação de seu caráter como *commons*, evidenciando como a mercantilização desses espaços afeta a convivência, a cultura e a identidade da população.

Historicamente, a Redenção foi palco de diversas manifestações artísticas, políticas e culturais, configurando-se como um espaço onde diferentes segmentos da sociedade se encontraram para expressar suas demandas e valores. Contudo, o parque também foi alvo de intervenções elitistas, desde arenas de touradas e eventos industriais até propostas mais recentes de concessão e privatização. Essas iniciativas refletem uma lógica de cercamento e exclusão que contrasta com a tradição de uso coletivo e democrático do espaço.

O estudo parte da concepção de *commons* como uma alternativa à privatização e ao gerencialismo estatal, propondo uma reflexão sobre o direito à cidade e à vida em comunidade. Por meio de uma análise crítica das políticas de concessão e privatização que impactam o parque, investiga-se a forma como essas iniciativas restringem o acesso e comprometem a função social do espaço. Também se considera a resistência articulada por coletivos como o Preserva Redenção, que exemplificam o papel da sociedade civil na defesa de um modelo de gestão inclusivo e participativo.

Ao longo do trabalho, buscamos evidenciar como a Redenção encapsula um conflito maior entre o uso e o consumo. A partir de uma abordagem interdisciplinar, o estudo incorpora elementos históricos, políticos e sociais, contribuindo para o debate sobre a preservação dos espaços comuns em um contexto de crescente pressão neoliberal. Este trabalho, portanto, não apenas analisa as transformações e desafios enfrentados pelo parque, mas também propõe caminhos que reafirmam sua importância enquanto espaço de resistência e convivência democrática. Preservar a Redenção como um espaço coletivo e culturalmente rico é garantir que Porto Alegre continue a ter um local que transcenda o consumo, oferecendo à sua população um ambiente que valorize a diversidade, a expressão cultural e o direito à cidade.

1.1 A Nossa Redenção

O espaço que hoje compõe o parque era anteriormente conhecido como Várzea do Portão, devido à sua localização em uma grande várzea próxima às entradas do município de Porto Alegre. Em 1867, com a construção da Igreja do Bom Fim, o local passou a ser chamado de Campos do Bom Fim. Posteriormente, em 1884, a Câmara Municipal propôs a renomeação para Campos de Redenção, em homenagem à libertação dos escravos no município (Prefeitura de Porto Alegre, 2021), considerando a relevância histórica e cultural do espaço para a identidade negra na cidade, aspecto que será abordado em maior profundidade em outro ponto deste trabalho.

¹ Optamos por não utilizar o nome oficial designado por decreto, *Parque Farroupilha*. Consideramos que esse título carrega em si as contradições e os conflitos que buscamos elucidar. Em contraste, reconhecemos no nome *Redenção* tanto como representante da população que torna o espaço vivo.

Com a expansão urbana, os campos perderam parte de sua extensão para construções como a Escola Militar, erguida em 1872, e a Escola de Engenharia, inaugurada em 1896 (Prefeitura de Porto Alegre, 2021). Em 1935, a prefeitura realizou a Exposição Comemorativa do Centenário da Revolução Farroupilha, momento a partir do qual o então prefeito Alberto Bins renomeou oficialmente o espaço como Parque Farroupilha (Rollsing, 2023). Em 1959, por meio da Lei nº 2022, o parque e as áreas construídas ao seu redor foram consolidados como parte do Bairro Farroupilha.

Figura 1: Mapa do bairro Farroupilha e pontos críticos do parque



Fonte: Google Maps com recortes de autoria própria com base em Comunello (2024)

O mapa acima destaca áreas de uso coletivo (feiras, brique), espaços privatizados e zonas de transformação iminente no parque, como o antigo posto de gasolina e a área do auditório concedido. Desde sua nova concessão, relatado pelo empresário da Opinião Produtora, responsável pelo estabelecimento (Bengo, 2023). As áreas em laranja e vermelho claro ao Leste da figura se trata do Mercado do Bom Fim e o Parquinho da Redenção, duas áreas cercadas que desde seu surgimento em 1928 e em 1950 respectivamente representam as primeiras áreas de consumo fixas no parque.

A área roxa se trata de um posto de gasolina abandonado que será transformado em uma loja de conveniência, aguardando o laudo de descontaminação da Fepam (Comunello, 2024). Esta região é particularmente interessante porque ela converge com o início da feira da Redenção, que pode ser afetada pela presença do negócio. No topo da imagem em azul temos a parte dos campos

que se tornaram o Campus da UFRGS e o Instituto de Educação, o segundo que foi inaugurado na Exposição Farroupilha de 1935 (Rollsing, 2023).

O Parque desempenha um papel fundamental na vida da cidade de Porto Alegre, representando não apenas um espaço físico, mas também um símbolo de convivência comunitária, preservação ambiental e manifestações culturais e sociais. Ao longo de décadas, o parque tem sido palco de diversas atividades, desde simples momentos de lazer em família até eventos culturais de grande porte, como festivais, feiras e apresentações artísticas. Além disso, sua localização estratégica no coração da cidade o torna acessível a uma ampla gama de moradores e visitantes, contribuindo para a coesão social e a promoção da inclusão urbana. Além de seu valor como espaço de recreação e interação social, o parque também desempenha um papel crucial na conservação da biodiversidade e na manutenção do equilíbrio ecológico, servindo como um refúgio verde em meio ao ambiente urbano. Dessa forma, a Redenção não é apenas um espaço de projeto público, mas um patrimônio coletivo acessível a todos, imbricado na própria cultura e identidade porto-alegrense.

Aqui é importante também ressaltar o projeto surreal de transformar uma grande parte do parque em um estacionamento subterrâneo de 577 vagas (Zero Hora, 2023), que no momento atual houve um recuo na implementação, mas que serve de alerta quanto a perspectiva da gestão municipal, pela desarmonia com o valor histórico-social do parque.

É nesse contexto de privatizações desenfreadas que encontramos a razão para fazer um apelo a um conceito em esquecimento como o espaço comum. A perda do parque em um imperativo utilitarista, portanto, tem implicações muito maiores do que a perda de uma praça pública, mas é também parte de um processo de enterrar um dos últimos espaços comum a todos.

A questão central deste trabalho é analisar a perspectiva atual quanto aos parques de Porto Alegre, com um enfoque na Redenção, e a dicotomia entre suas características de propriedade ou comum. Sendo assim, a pergunta principal que este trabalho visa responder é: Como as propostas de privatização do Parque Redenção em Porto Alegre desvirtuam as condições comuns do parque, tal qual a percepção da comunidade sobre sua importância cultural e social?

1.2 Problema & Objetivo

A crescente tendência de privatização e concessão de espaços públicos em Porto Alegre, exemplificada pelo caso do Parque Redenção, suscita um debate crítico sobre o futuro da cidade (Verdum et al, 2015). Projetos como o cercamento (Nabinger, 2022), um estacionamento subterrâneo (Zero Hora, 2023) e a expansão de comércios privados revelam um conflito entre uma visão governamental, que prioriza o interesse privado e um ethos consumista, e a percepção da população sobre o uso comum do espaço. Este estudo questiona essa lógica, argumentando que tais políticas não apenas segmentam o espaço físico, mas também promovem uma gentrificação cultural e uma "colonização do imaginário" (Latouche, 2016), subvertendo valores sociais e históricos em favor de uma agenda dominante. Em oposição à suposta inevitabilidade da "Tragédia dos Comuns", valoriza-se, aqui, as práticas cotidianas no parque como uma forma de resistência e apela para uma reorganização social de baixo para cima (Esteva, 2014), mais democrática e alinhada às vontades populares. Diante do avançado estágio dessas propostas, torna-se urgente fomentar um diálogo crítico e explorar alternativas, como as sugeridas pela perspectiva do decrescimento, para preservar o patrimônio cultural, histórico e social que o parque representa.

É a partir dos trabalhos de Miño (2005), que relata sobre a segmentação dos espaços públicos e como estes existem a partir de diálogos e co-presenças de valores, em conjunto com as reflexões de Meneses (2005), que discute a gentrificação dos espaços culturais e a tentativa de lucrar com a cultura através da mercantilização de "artefatos sociais", subvertendo valores em prol de uma agenda liberal dominante. Também em sinergia com os apontamentos de Luchiari (2006), que descreve a transformação geracional da cidade a partir da classe dominante hegemônica, a qual atualmente propõe projetos de renovação urbana visando o consumo estético da cidade.

O que nos faz tomar como evidente a necessidade de um olhar crítico sobre as políticas de privatização, desvirtuação de espaços comuns e concessão dos mesmos é a transformação na sociedade atual que, frequentemente, ignora as necessidades e desejos das comunidades locais em favor dos interesses das classes dominantes. Ao considerar as possibilidades a partir da lente do decrescimento, que questiona os valores centrais de nossa sociedade e propõe caminhos alternativos, podemos identificar opções mais condizentes com as vontades populares, até mesmo nas práticas e no uso do espaço público como ele é hoje. Sendo, portanto, de extrema necessidade fomentar a capacidade de diálogo e de reflexão, uma vez que os projetos criticados no escopo deste trabalho tenham seu nível de complexidade de reversão e já estejam em pontos críticos de encaminhamento.

Desta forma, objetiva-se aqui analisar como as propostas de privatização da Redenção podem impactar sua existência enquanto comum, ou seja, enquanto espaço de importância cultural e social.

2 Método

Este trabalho utiliza estudo de caso com abordagem qualitativa e análise documental, permitindo compreender as dinâmicas políticas e sociais que cercam a Redenção. A condução do estudo de caso segue uma abordagem qualitativa, ideal para análises interpretativas das práticas de gestão e das percepções dos frequentadores do parque. Essa abordagem é escolhida por sua habilidade em captar as nuances e complexidades das relações entre o espaço público e os processos de privatização.

A análise de documentos públicos complementa o estudo de caso como segunda técnica metodológica. São examinados documentos oficiais, como planos de gestão urbana, propostas de concessão, leis municipais, relatórios de impacto ambiental e atas de reuniões do poder público. Esses documentos fornecem dados secundários fundamentais para compreender as políticas de privatização e as justificativas apresentadas pelos gestores públicos, complementados por fontes jornalísticas e publicações de ONGs e coletivos, permitindo uma perspectiva mais panorâmica.

A análise dos dados foi orientada por técnicas qualitativas e interpretativas, incluindo a análise crítica de discurso (Fairclough, 2013). Essa abordagem metodológica integrada possibilita uma análise abrangente e detalhada das políticas de privatização do Parque Redenção, bem como de suas implicações para o espaço público e para a comunidade porto-alegrense.

3 Referencial Teórico

3.1 Descolonizando o Imaginário

A discussão sobre a gestão e o destino dos espaços públicos, como a Redenção, está intrinsecamente ligada a um imaginário preso às razões econômicas modernas que raramente é questionado. Para analisar criticamente as propostas de privatização, é necessário primeiro desconstruir a premissa fundamental que as sustenta: a misticidade de que o crescimento econômico é um sinônimo inequívoco de melhoria social e bem-estar. O economista e pensador do decrescimento, Serge Latouche (2016), argumenta que é precisamente essa crença inabalável que nos impede de conceber um mundo que não opere sob a lógica do crescimento desenfreado e, em última análise, sem propósito. Essa hegemonia do pensamento econômico leva à naturalização de um modelo específico de desenvolvimento, onde a transformação de espaços públicos em mercadorias se torna não apenas aceitável, mas desejável.

Este processo não é um fenômeno isolado, mas parte de um projeto mais amplo, especialmente visível no sul global, de apropriação do público pelo privado. Trata-se de um projeto de viés neoliberal que busca sistematicamente transformar nossos espaços de convívio, interação e cultura em fontes de lucro privado, convertendo toda e qualquer interação social em uma

oportunidade de extração de valor. Questionar o imperativo que rege as decisões sobre a gestão de espaços públicos torna-se, então, uma tarefa central. Qual é a real motivação para transformar locais de encontro comunitário em extensões de shoppings a céu aberto, e a quem, de fato, interessa a instalação de franquias comerciais em locais de profunda importância histórica e cultural?

Para responder a essas perguntas, é preciso fazer um apelo a uma "descolonização do imaginário". Este conceito, central para a crítica ao desenvolvimentismo, implica questionar e abandonar as significações imaginárias que sustentam o modelo atual, como a ideia de "progresso" e outras categorias fundacionais da economia. Sair desse imaginário significa mudá-lo, transcendê-lo para vislumbrar outras formas de organização social e de relação com o ambiente. Nesse sentido, o decrescimento não é apenas uma proposta econômica, mas uma linha de pensamento que nos permite observar o parque para além de sua potencialidade mercantil. Permite enxergá-lo a partir de uma ótica de qualidade de vida, de socialização, de um ambiente multicultural e de livre acesso a todos — valores que já se manifestam no cotidiano do parque, mas que são frequentemente ignorados no âmbito administrativo.

A problemática reside no imaginário que nos permite perceber a natureza como um bem a ser apropriado. A cidade, sob a ótica do poder estatal, é frequentemente tipificada como um "artefato", um segmento da natureza física que é socialmente apropriado e subjugado às relações de poder vigentes. É nesse contexto que o conceito de commons (o comum) se torna uma ferramenta teórica poderosa. Os commons são aqui definidos como a propriedade inerente de algo, ou, mais precisamente, a capacidade de algo ser usado por todos sem a necessidade da etiqueta de propriedade. O apelo à condição comum da Redenção, portanto, alinha-se às descobertas de autores como Verdum et al. (2015), que destacam a multiplicidade de fatores que constituem a condição "viva" do parque. Entender o ambiente como um "recurso" configura as interações humanas pela mediação da propriedade e da exploração. A solução para a crise ambiental e social, argumenta-se, não passa por uma dominação ainda mais eficiente, mas pela restituição do ambiente ao "uso" em detrimento da "propriedade".

3.2 A "Tragédia dos Commons": Desconstruindo um Axioma Falacioso

O ponto de partida para grande parte do discurso que justifica a privatização de bens comuns é a influente, porém problemática, tese de Garrett Hardin, "A Tragédia dos Commons". Em seu ensaio de 1968, Hardin utiliza o termo "tragédia" para descrever o que ele vê como a forma implacável e inevitável pela qual as coisas acontecem, sugerindo um destino humano marcado pela infelicidade. O fundamento de seu argumento é um axioma: ele assume que o abuso de recursos e o acúmulo de capital são traços intrínsecos e naturais da espécie humana. Para ilustrar sua tese, Hardin propõe um cenário hipotético: um pasto aberto a todos, onde se presume que cada pastor, agindo em seu próprio interesse racional, tentará maximizar seu rebanho. O resultado, segundo ele, é a inevitável degradação do recurso comum.

No entanto, a questão central que este trabalho levanta é: por que essa configuração de egoísmo racional deve ser aceita como uma fatalidade inevitável? Se a história e a antropologia demonstram a existência de inúmeras formas de convivência harmoniosa com o ambiente e o coletivo, por que a degeneração do bem comum deveria ser vista como o único desfecho possível? De onde, afinal, surge essa certeza de que consumir os bens coletivos até a exaustão é o único caminho? A noção de uma "natureza humana" imutável, como a proposta por Hardin, é um axioma falacioso e perigosamente simplista, que ignora a vasta capacidade de adaptação organizacional das sociedades humanas e serve, convenientemente, para estigmatizar e descartar quaisquer alternativas ao modelo proprietário.

Graeber e Wengrow (2021) desafiam diretamente essa premissa. Eles argumentam que a dicotomia entre um ser humano "inocente" (como no estado de natureza de Rousseau) ou "corrupto" (como no de Hobbes) é simplista e não captura a complexidade da experiência humana. A visão de Hardin ecoa uma perspectiva hobbesiana, onde, na ausência de uma autoridade reguladora,

prevalece a "guerra de todos contra todos". Essa visão tende a naturalizar a desigualdade e a infelicidade como partes intrínsecas da condição humana, uma interpretação limitada que, como apontam Graeber e Wengrow, subestima grosseiramente a diversidade histórica das organizações sociais e a capacidade humana para a cooperação e a gestão coletiva. O que predomina na história humana não é uma constância de comportamento, mas a "alternância" de diferentes formas de organização social.

A lógica de Hardin se apoia na figura do homo economicus, o ator racional que busca incessantemente maximizar seu ganho pessoal. Nesse modelo, o pastor calcula que o benefício de adicionar um animal ao seu rebanho é um ganho positivo individual (+1), enquanto o custo da sobrecarga do pasto é um fator negativo compartilhado por todos (-1/x). Racionalmente, a escolha de adicionar mais um animal é sempre vantajosa para o indivíduo, levando à ruína coletiva. No entanto, ao afirmar que este é o comportamento esperado de todos, Hardin ignora que o cenário descrito se assemelha mais a um sistema de "abuso" da terra do que de uso sustentável. Não se trata de uma "tragédia dos commons", mas sim de uma "tragédia do acúmulo", característica de uma sociedade onde o ethos é a posse individual de recursos e onde outras formas de organização se tornaram inimagináveis. A liberdade que Hardin condena não é a liberdade nos comuns, mas a liberdade de acumular sem limites em detrimento do coletivo.

Elinor Ostrom, em sua obra "Governing the Commons", oferece uma análise alternativa, comparando a dinâmica de Hardin ao "dilema do prisioneiro", um modelo da teoria dos jogos que ilustra como a falta de cooperação leva a desfechos subótimos para todos. Ostrom argumenta que a tragédia resulta da falta de comunicação, confiança e compromisso entre os usuários, e do problema central do "free-riding" (o carona, que se aproveita sem contribuir). Contudo, como aponta Gustavo Esteva, o trabalho de Ostrom, embora valioso, acaba por se tornar complementar ao de Hardin em um aspecto fundamental. Ostrom não se propõe a examinar criticamente o processo de "commoning" (o fazer comum), mas busca uma teoria de governança para "recursos de acesso comum". Seu enfoque, assim, compartilha um viés gerencial e funcionalista, tratando os commons como um "estoque de recursos" a ser administrado de forma mais eficiente, sem questionar a relação material e abusiva que está no cerne do problema. A abordagem de Ostrom, embora desafie a inevitabilidade da tragédia, não desconstrói a lógica de exploração que Hardin perpetua.

3.3 Biopolítica, Espaço e a Redução da Vida

A biopolítica é um modo de poder que incide sobre a vida da população. Agamben a torna mais compreensível ao distinguir dois conceitos de vida herdados da Grécia antiga: zoè e bíos. Zoè refere-se à vida simples, o fato de viver, a vida natural ou fisiológica que é comum a todos os seres vivos (animais, homens e deuses). Bíos, por outro lado, indica a forma ou o modo de vida de um indivíduo ou grupo, a vida qualificada, com contornos políticos, sociais e criativos. A biopolítica moderna, segundo Agamben, opera precisamente ao isolar a zoè da bíos, reduzindo a vida humana à "vida nua", um mero substrato biológico a ser gerenciado, controlado e otimizado pelo poder.

Essa distinção é fundamental para analisar a transformação do Parque Redenção. O parque, enquanto commons, é um espaço da bíos: um local de encontros, manifestações culturais, debates políticos, lazer criativo e convivência comunitária. A privatização e a mercantilização do parque representam um processo de cerceamento que o transforma em um ambiente subordinado à lógica do consumo, um espaço para a zoè. Nele, a vida é reduzida ao ato de consumir, de participar em atividades reguladas e pagas, e a experiência plena e coletiva é substituída por uma dinâmica de exclusão e normatização. O parque deixa de ser um campo de expressão política para se tornar um campo de gestão de populações, onde o uso democrático é suplantado pelo consumo regulado.

O conceito de "vida nua" emerge como uma metáfora potente para entender esse processo. Assim como a vida, no modelo do poder soberano de Agamben (1995; 2016), só é protegida enquanto se submete à lei, os commons do parque, sob a lógica privatista, só são "preservados"

enquanto se alinham aos interesses do mercado ou do poder estatal. A exclusão de usos populares e espontâneos para priorizar atividades lucrativas é um reflexo direto dessa dinâmica.

Isso revela o "ponto cego" tanto de Hardin quanto de Ostrom: a confiança na capacidade do Estado para gerenciar esses bens de forma justa. O que se observa é uma convergência entre a visão de Hardin e a de Ostrom na ideia clássica do ordoliberalismo, onde a intervenção estatal é necessária para criar e sustentar uma estrutura de mercado privatizada.

Para aprofundar a análise da condição do indivíduo alienado dos commons, a obra de Agamben (1995; 2016) oferece uma figura conceitual poderosa: o homo sacer. No direito romano arcaico, o homo sacer era uma figura paradoxal: um homem que podia ser morto por qualquer um impunemente, mas que não podia ser sacrificado em rituais religiosos formais. Ele existia em um limiar, uma zona de indistinção entre a lei humana (*jus humanum*) e a lei divina (*jus divinum*). Por estar excluído de ambas as esferas — não sendo protegido pela lei dos homens nem pertencendo plenamente ao sagrado dos deuses —, ele se encontrava em um limbo jurídico que justificava o abuso. A condição de *sacratio* (o ato de tornar alguém sacro) envolvia, portanto, uma dupla exceção: uma exceção na lei humana (a suspensão da lei contra o homicídio) e uma exceção na lei divina (a exclusão do sacrifício). A aplicação da lei, nesse caso, tornava-se sua própria suspensão, instaurando um "estado de exceção" que legitimava a violência contra o indivíduo excluído. A esfera da soberania, para Agamben (1995), é precisamente essa zona de indiferença onde se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício. A vida capturada nesta esfera — matável e insacrificável — é a vida do homo sacer.

A condição do homo sacer serve como uma potente analogia para a perda dos commons. Quando os indivíduos são despojados de sua participação no mundo comum, são submetidos a uma lógica de controle que os afasta do bem coletivo. No contexto atual, essa separação implica a sujeição a uma vida regida pela lógica da propriedade e do consumo. As interações sociais e ecológicas, antes ricas e multifacetadas, tornam-se restritas, e a relação do ser com o ambiente é desumanizada, relegada a uma mera "vida nua" (*zoè*) de produção e consumo. Assim como o homo sacer é excluído da comunidade política e religiosa, o indivíduo alienado dos commons é privado de sua participação plena na vida comunitária (*bíos*), sendo instrumentalizado por uma lógica de mercado que o mantém em um estado de dependência e fragilidade. A inseparabilidade entre o indivíduo e os commons é, portanto, fundamental para a construção de uma vida plena e autêntica, onde a autonomia e a participação coletiva são possíveis.

O que o discurso de fim dos commons (como visto em Hardin) persistentemente ignora é a distinção fundamental entre "uso" e "posse". Agamben (2016) argumenta que uma ética e uma justiça verdadeiras devem se basear na prática do uso (*chresis*), que valoriza a funcionalidade e a interdependência, em detrimento da apropriação individual que caracteriza a posse (*ousia*). Mais do que isso, o comum, ao possibilitar o uso (*ousia*) como categoria central imanente da vida humana associada, afasta a vida social do caráter de consumo (*abusus*). Preservar o que é inapropriável, o que é de uso comum, é a base para construir uma comunidade justa e sustentável.

Portanto, a definição de commons deve ir além de uma categoria econômica de "recursos". Como defende Esteva (2014), é preciso incluir suas dimensões sociais, históricas e culturais, reconhecendo-os como um conjunto de relações e práticas que sustentam a vida comunitária e a autonomia. É com base nessas perspectivas — a crítica ao imaginário do crescimento, a desconstrução da "tragédia" de Hardin, a análise biopolítica da vida e a defesa do uso sobre a posse — que este trabalho se propõe a refletir sobre o futuro do Parque Redenção, tecendo uma crítica robusta tanto à gestão pública que o negligencia quanto à gestão privada que visa mercantilizá-lo. A luta pela Redenção é, em última análise, a luta pela própria possibilidade de uma vida em comum.

4 ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO

4.1 A dualidade histórica entre o uso e consumo no parque

O que hoje é conhecido como o Parque Redenção um dia foi chamado apenas de Campos da Várzea. Era um amplo terreno descampado, baixo e alagadiço no entorno imediato do núcleo urbano de Porto Alegre. Desde as primeiras décadas do século 19, era local de batuques e um espaço de territorialidade negra, referente à figura da Mãe Rita - a mais antiga mãe de santo de que se tem registro na cidade (Vieira, et. al, 2023).

Concedido em 1807 pelo então governador Paulo da Silva Gama, passou a servir também como pouso para carretas vindas do interior em direção à vila de Porto Alegre (Weber, 2020). Após a construção da capela do Bom Fim em 1867, o campo da Várzea foi renomeado para campos da Redenção, como narra Vanessa Zamboni (2007):

Segundo o cronista Ary Veiga Sanhudo, "era bom mato, com excelente caça, onde inúmeras vezes encontravam seguro abrigo os escravos fugidos". Após a Abolição, muitos libertos, sem ter para onde ir, instalaram-se na região, que passou a chamar-se - extra-oficialmente - de "Campo da Redenção". Esta época também remete a ocupação dos negros e dos seus mocambos e malocas. Onde havia a presença africana no bairro. Pela relação próxima ao local que denominavam colônia africana.

Os campos ficavam próximos às chácaras e propriedades que abrigava grande parte da população negra da cidade, conhecida como Colônia Africana. Atualmente, essa área corresponde aos bairros Bom Fim, Rio Branco, Mont'Serrat e Três Figueiras (dos Santos et al., 2017). Conforme o parque passou a ocupar uma posição central na cidade em expansão, o Bom Fim surge como colônia judaica ao longo do século 20 (Zamboni, 2007), transformando os arredores do parque a partir de uma comunidade de maior posse.

Figura 1: Campos da Redenção na década de 1890, logo após ser renomeado



Fonte: Museu Joaquim José Felizardo, Jornal da UFRGS (2019)

Na década de 1850, documentos do poder público confirmam a Várzea como local de batuques. Diante de um pedido de licença para a realização de batuques, as autoridades policiais emitem o seguinte parecer: “nenhuma dúvida há em conceder a licença que ela requer [...] se for na Várzea ou na Rua da Olaria e outras iguais fora do Centro da Cidade” (apud DIAS, 2008, p. 30). Devido à sua localização fora da área central, a Várzea era designada como local apropriado para os batuques e festejos negros. Em 1856, o Código de Posturas Municipais determina que “ficam proibidos os candomblés ou batuques, e danças de pretos na Várzea, chácaras ou outro lugar” (PICCOLO, 1991, p. 43) reiterando a Várzea como local frequente de batuques. Apesar de proibidos, os

batuques prolongam-se no tempo, havendo registros de batuques nas décadas de 1860/80, realizados em frente à Capelinha do Bom Fim (Vieira, et al., 2023)

Originalmente com 69 hectares, o parque foi reduzido para 37 hectares ao longo do tempo devido à construção de edificações contemporâneas como o Colégio Militar, o campus da UFRGS e o Instituto de Educação Flores da Cunha, até seu tombamento como patrimônio histórico de Porto Alegre em 1997. Essa perda de área, juntamente com indícios de novos cercamentos e avanços sobre o espaço comum, motivou o Coletivo Preserva Redenção a solicitar seu tombamento em nível nacional junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que analisa o caso (Gomes, 2023).

Representante do Coletivo Preserva Redenção, Ana Maria Dalla Zen explica que o parque é referência nacional e internacional, uma vez que foi sede de edição do Fórum Social Mundial. “Sempre acontecem grandes movimentos políticos. É um espaço de inclusão social significativa, reconhecido inclusive pelo arquiteto que fez todo ajardinamento e cujo modelo de Porto Alegre serviu de referência para outros trabalhos internacionais”, afirma, em referência ao arquiteto urbanista francês Alfred Agache. O documento encaminhado ao Iphan conta com apoio do arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim, que é membro da Comissão de Patrimônio Mundial da Unesco e referência em jardins históricos. (Samuel, 2023)

Entre os espaços fixos de gestão privada notáveis do parque se encontram: O Auditório Araújo Vianna, inaugurado em 1964 para substituir o antigo auditório localizado ao lado da Praça da Matriz, que funcionou entre 1927 e 1950, dando lugar para onde hoje é a Assembleia Legislativa do Estado (de Bem; Storck; Venâncio, 2022); O Parque Ramiro Souto, criado em 1939, é outro ponto marcante, consistindo em uma área esportiva com quadras diversas e uma pista de atletismo, revitalizada em 2024 por meio de uma parceria com uma marca de calçados (Malinoski, 2024); O Mercado do Bom Fim, um espaço que, desde 1928, reúne lojas, restaurantes e um parque de diversões (Couto, 2009).

Ao ser reconstruído na Redenção, o Auditório inicialmente manteve sua característica de palco a céu aberto. Contudo, devido a constantes reclamações sobre a influência do clima e o barulho que o se propagava aos moradores próximos, optaram por cobri-lo. Entre 1964 e o final da década de 1990, o auditório foi palco de inúmeros eventos culturais, como peças de teatro, apresentações musicais, eventos artísticos e atividades educativas, como leituras e oficinas de desenho (Ribeiro, 2012). Porém, foi interditado em 2005 devido às más condições de infraestrutura (de Bem, 2022).

Em 2007, uma licitação para parceria público-privada deu início ao processo de concessão do auditório (Ribeiro, 2012). Reaberto em 2012, a empresa passou a deter o direito de uso de 75% das datas anuais, enquanto os outros 25% eram reservados para a prefeitura (Câmara Municipal de Porto Alegre, 2017). Essa divisão, no entanto, aprofundou a desigualdade no acesso ao espaço, condicionando sua utilização aos interesses do mercado. Como percebe a então vereadora Sofia Cavedon em registro de evento relativo aos 90 anos do auditório: “É preciso fazer uma avaliação após os dez anos de concessão e verificar se o contrato foi cumprido e houve a contrapartida de 25% de uso pela prefeitura.” (Câmara Municipal de Porto Alegre, 2017).

Ao final do contrato em 2019, estendido por mais dois anos, uma nova concessão foi firmada com a Opinião Produtora por 10 anos. O novo acordo reduziu o tempo de uso público para 30 dias por ano, equivalente a apenas 8,22% do calendário, contrastando com os 25% previstos anteriormente (Lopes, 2020). A empresa também ficou responsável pela restauração e manutenção da esplanada e do passeio frontal do local. De forma emblemática, se repara a prática de fechamento por cercas metálicas que estendem o domínio do auditório perante a praça durante o consumo de atrações.

Se tornou cotidiano para quem transita neste trecho da cidade o quanto esta nova concessão transmutou o fluxo na avenida Osvaldo Aranha, dificultando tremendamente a mobilidade nas datas dos grandes eventos realizados na nova gestão do auditório. Levando até a

ocorrência de um evento fora onde 67 carros invadiram o parque e utilizaram-o como estacionamento durante um evento de forma atípica e irregular (Velleda, 2024).

As propostas culturais atualmente oferecidas pelo Auditório Araújo Vianna pouco se assemelham às que marcaram sua história. É evidente o novo modelo de capitalização que permeia este espaço histórico, um local que outrora serviu como palco convidativo para uma diversidade de públicos e expressões culturais, agora se encontra orientado pela lógica lucrativa do mercado de shows e eventos.

O crescimento de fluxo de carros pessoais é um presságio do processo que ocorre atualmente no parque, acompanhado da tentativa de passar um projeto de um estacionamento gigantesco por parte da prefeitura por vias burocráticas, nos coloca no dever de propor uma reflexão mais profunda sobre a elitização da cultura, o direito de viver em comum, a capacidade de entender o parque como ambiente social e comum no qual compõe a identidade e permite a expressão do cidadão Porto Alegrense.

4.2 As raízes profunda do cercamento

O exercício de posse da Redenção reflete um processo contínuo e geracional que se internaliza e manifesta em diversas esferas da sociedade. O cercamento deve ser entendido para além do ato físico de delimitar fronteiras; ele envolve diferentes formas de exercício de poder. Está intrinsecamente ligado à legislação de uso do solo e aos processos que promovem a gentrificação, evidenciado pela promoção de eventos e intervenções que elitizam o acesso ao parque. Na prática gerencial do parque, identificamos a perpetuação de valores morais corrompidos que submetem tanto os indivíduos quanto os espaços coletivos às políticas que excluem a convivência comunitária em favor de uma lógica expansiva de exploração e consumo que permeia todas as esferas sociais.

A lógica por trás dessas ações não é nova; ela ecoa os cercamentos agrícolas da Inglaterra do século XVI, quando terras comunais foram transformadas em propriedades privadas, consolidando o lucro como o objetivo principal. Compreender esse paralelo é essencial, pois revela que a consolidação desses atos envolve um processo subjetivo de cooptação de valores e uma imposição coercitiva da ideia de que a posse privada é o modelo único e otimizado dos espaços. Em outros tempos, o bar Escaler, onde hoje fica o Mercado do Bom Fim, era um de tantos locais efervescentes da cultura porto-alegrense. Diversas bandas locais que viriam a fazer sucesso nacional se formaram nesse e outros espaços do então efervescente bairro (Pedroso, 2009). A música era uma forma de transgressão para seus frequentadores, e o ambiente representava um marco da cultura da cidade na época.

Relatos do livro escrito a partir de depoimentos do antigo dono mostram que em algum momento o agrupamento de pessoas foi tamanho que impossibilitava a entrada de pessoas para a missa, do outro lado da quadra. Ele também relata que sua ideia era vender cerveja gelada e proporcionar um ambiente de democracia e liberdade, os quais depois de muito conflito com a Secretaria Municipal do Comércio e os moradores do bairro, levariam ao fechamento do bar em 2006 (Redel, 2021).

Figura 2: Multidão formada ao redor do Escaler em show de Bebeto Alves em 1988



Fontes: Gaúcha Zero Hora, Redel (2021)

O abandono dos diversos jardins presentes no parque como o Jardim Alpino, Jardim Europeu e Jardim Oriental é sintomático da lógica que perpetua as intervenções no parque. Onde antes existia um orquidário, criado em 1953, o qual passou por um abandono e se encontrava em escombros após uma tempestade em 2016 (Isaiás, 2018), a prefeitura priorizou a concessão do espaço à iniciativa privada para a instalação de uma praça de alimentação. Justificando essa concessão com a ideia de criar um "concorrido espaço turístico", segundo o Secretário Municipal do Meio Ambiente, Germano Bremm (Czarnobay, 2021).

Embora a tentativa de transformar o parque em um estacionamento privado tenha sofrido um recuo temporário, através da gestão do Auditório Araújo Vianna e o congestionamento presente nos eventos atuais, demonstra que a medida ganhou novos adeptos. A invasão de carros particulares dentro do parque, fruto de evento promovido pela parceria com o auditório, é sintomática de como o discurso avança parcialmente em sua transformação do espaço público.

O processo de concessão de áreas públicas tornou-se uma das políticas centrais da atual gestão municipal. Apesar de apoios esporádicos, a esfera social desempenha um papel fundamental na resistência de tais avanços, como foi no caso do Coletivo Preserva Redenção, que emitiu uma carta-denúncia ao projeto e foi amplamente divulgada pelo *Sul21*. Essa resistência social destaca a necessidade de permanecer vigilante, pois a tentativa de privatização pode ressurgir no futuro. O problema torna-se evidente ao analisarmos as bases argumentativas que sustentam essas concessões, frequentemente embasadas em lógicas de consumo. No projeto de concessão, estacionamento, cercamento e privatização andam juntos. O primeiro dá base econômica, o segundo garante a exploração do consumo e o terceiro é a forma jurídica.

Qualquer fundamentação do exercício de poder que vise o imperativo econômico carregará intrínseco a si o caráter de exclusão econômica e supressão do uso democrático. Transformar o parque em um espaço não frequentável para quem não carrega um cartão de crédito é permitir que se assumam a contradição na qual nos tiram a soberania de fazer parte da transformação dos espaços sociais que compõem nossas vidas ao mesmo tempo em que nos excluem dos ambientes de vidas propostos.

Essa dinâmica reflete a concepção moderna da vida, que reduz a existência à atividade biológica (labor). A história do parque é marcada por uma disputa crítica: de um lado, a luta pelo direito de existir como um espaço coletivo e democrático; de outro, a necessidade imposta de

transformá-lo em um espaço voltado ao consumo. O Parque Redenção permanece como um dos poucos lugares emblemáticos em Porto Alegre onde a luta pelo direito à vida como experiência plena — uma vida vivida e compartilhada — resiste aos avanços institucionalizados que reduzem a vida ao consumo.

4.3 O parque como vida ou comércio

Para entender as dinâmicas do parque, é crucial analisar a dualidade entre uso e consumo, representada pelos conceitos de *bíos* (vida a ser vivida) e *zoè* (vida reduzida à subsistência). Esses conceitos encontram ressonância nas ideias apresentadas por Pedroso em sua dissertação de mestrado *Transgressão do Bom Fim* (2009), que aborda de forma semelhante as práticas de apropriação e disciplinamento observadas no espaço do parque. Essa relação entre apropriação popular e organização disciplinadora oferece uma perspectiva crítica sobre como o parque é moldado tanto pela ação coletiva quanto pelas imposições estruturais.

A Redenção é palco de disputas históricas entre o uso comunitário e o consumo. Ao longo de sua trajetória, serviu como espaço para manifestações artísticas, políticas e culturais, incluindo feiras autogeridas e encontros de coletivos sociais. Sua história também está intrinsecamente ligada à cultura negra em Porto Alegre, compondo um marco de identidade e resistência. Contudo, momentos de apropriação elitista também marcaram sua história, como a instalação de uma arena de touradas no século XIX e a construção de um cassino voltado às elites econômicas durante o ano de 1935 (Weber, 2020).

Figura 3: Cassino Farrroupilha no centro do parque nos anos de 1935-1936



Cassino Farrroupilha e ponte sobre o Lago. — Vista diurna.

Fonte: Gaúcha Zero Hora (2020)

A Redenção também se destaca como um espaço de efervescência cultural, abrigando eventos variados como blocos de carnaval, rodas de capoeira, festivais populares e infantis, além de feiras tradicionais, como o Arraial da Redenção (Correio do Povo, 2024). Paralelamente, o parque serve como palco de importantes manifestações políticas, como a Parada LGBTQIA+ que ali ocorre anualmente, assim como outras diversas reivindicações de direitos sociais.

Delimitar os espaços do parque, condicionando seu uso ao imperativo do consumo, tornam-se instrumentalmente eficazes na supressão de movimentos culturais e políticos

autônomos tão presentes na conjuntura atual do parque. Gerir a cultura é, de toda forma, ter o poder sob quais grupos são permitidos e convidados a frequentar este espaço.

Nesse sentido, a transformação do Auditório Araújo Vianna em um espaço mais comercial, leia-se que venda mais bilheteria, é uma forma de homogeneizar a prática cultural a partir da lógica de mercado. Essa mudança é sentida quando não conseguimos encontrar eventos do Porto Alegre em Cena promovidos nesse espaço, evento cultural que outrora era prioridade quanto ao uso do espaço garantido em contrato pela prefeitura (G1, 2019).

O Porto Alegre em Cena é um evento promovido pela Secretaria Municipal de Cultura tendo 31 anos promovendo uma ampla programação cultural, com a proposta de ser um evento descentralizado que utilize os espaços da cidade. Além de seu caráter histórico, o festival tem como característica de ser gerido por uma comissão diversa da sociedade portoalegrense, com o DAD (Departamento de Arte Dramática da Ufrgs) e o Sated (sindicato que representa a classe teatral) (Joe, 2000).

O descasamento entre auditório e evento é curioso, uma vez que ambos se dizem alinhados ao propósito de pluralidade cultural. O que podemos ressaltar de diferenças notáveis é que o festival conta com atrações mais acessíveis, enquanto o auditório desfruta de uma nova era de próspera abertura aos novos segmentos de interesse privado como coaches, líderes religiosos e convenções sobre tópicos emergentes como harmonização facial (Bengo, 2023).

Outro exemplo de resistência à lógica mercantilista é a Feira Ecológica do Bom Fim, que ocorre todos os sábados e existe há mais de 30 anos, sendo referência na venda de produtos de origem orgânica.

A Produção agroecológica identifica e preserva a identidade sociocultural dos agricultores oriundos de comunidades rurais e sua relação com a terra e com meio ambiente. [...] A agroecologia, respeita a diversidade ecológica e sociocultural e, portanto, outras formas de conhecimento, propugna pela necessidade de gerar um conhecimento holístico, sistêmico, contextualizador, subjetivo e pluralista, nascido a partir das culturas locais. (da Silva, 2022)

A feira supera então sua mera condição de espaço transacional, é também um ambiente representativo e consolidante de valores como soberania alimentar, agricultura familiar, cooperação social e desincentivo ao consumo de ultraprocessados. Esses princípios, além de contrariar os modelos hegemônicos do mercado alimentício, propõem uma forma de produção sustentável que prioriza a saúde da população e do meio ambiente (da Silva, 2022). Valores estes que para nós devem ser entendidos como a representação da auto afirmação da população, tal qual em um *commons*.

A Redenção é parte vital do elo que unifica a cultura, expressão e ambiente onde é permissível a transgressão de valores impositivos que sufocam a sociedade como um todo. Ela é, de seu jeito peculiar, a manifestação da *bíos* como forma de vida criativa, ao qual não se submete ao cerco da vida como *zoé*, na sua forma de reducionismo biológico. O parque é um marco da história da cidade, composta e praticada pela diversidade de seus povos, ao qual transpira a sua condição de *commons* e nos proporciona um espaço o qual somos livres para exercer nossa condição de seres sociais, além do cerco que nos reduz à condição de consumidores.

5 Considerações Finais

A análise da Redenção enquanto espaço comum revela muito mais do que uma simples disputa pela gestão de um parque urbano. O que está em jogo é uma reconfiguração profunda da vida pública, dos sentidos atribuídos à cidade e do papel da coletividade diante da lógica neoliberal. As tentativas de privatização, seja por meio de concessões, cercamentos ou transformações simbólicas, representam um esforço contínuo de conversão de espaços de convivência em instrumentos de consumo e geração de retorno financeiro. Nesse processo, o parque é destituído de sua potência como território de encontros plurais e espontâneos, transformando-se em uma vitrine verde regulada pela lógica do capital.

Este trabalho procurou demonstrar que tais transformações não ocorrem de forma neutra. Elas acarretam consequências profundas nos âmbitos social e político, afetando diretamente o modo como os cidadãos têm acesso e direito ao espaço urbano e, por extensão, entre si. A mercantilização da Redenção representa, portanto, uma tentativa de desarticular vínculos comunitários, enfraquecer o potencial de resistência e esvaziar a força política do espaço público e da prática do comum.

Ao propor o resgate do conceito de commons, evidenciamos que outras formas de convivência, gestão e apropriação do espaço urbano são não apenas possíveis, mas desejáveis. A defesa da Redenção como bem comum não é um exercício nostálgico, e sim um posicionamento político que reivindica uma cidade mais justa, plural e democrática. Trata-se de reconhecer que liberdade e cultura não florescem em ambientes cercados, controlados ou geridos exclusivamente por métricas de eficiência econômica.

A Redenção é o reflexo da cidade que queremos construir: diversa, acessível e viva. Preservá-la como espaço comum é mais do que proteger sua memória e função social. É afirmar a viabilidade de um projeto de sociedade em que o convívio, a cooperação e o bem-estar coletivo estejam no centro da vida urbana, e que florescem justamente sob a lógica do comum.

Por fim, este artigo reforça a urgência de ampliar o debate sobre o destino dos bens públicos, propondo não apenas resistências, mas também alternativas viáveis. Entre elas estão os modelos participativos de gestão, conselhos populares, co-gestão com movimentos sociais e experiências inspiradas no direito à cidade. Diante do avanço do capital sobre a esfera pública, a Redenção resiste. E com ela, resiste também a possibilidade de um futuro mais comum.

Referências

- AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: Sovereign Power and Bare Life. Stanford Press, 1995.
- AGAMBEN, G. **The use of bodies**. Stanford University Press, 2016.
- BEM, J. S.; STORCK, T. B.; VENÂNCIO, M. G. A trajetória do Auditório Araújo Vianna: De 1927 a 2005. **Revista Memória em Rede**, p. 463-470, 2023.
- BENGO, C. Principal palco da música na Capital, Araújo Vianna se consolida como espaço para outros tipos de eventos. **GZH**, 17 de ago. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2023/08/principal-palco-da-musica-na-capital-araujo-vianna-se-consolida-como-espaco-para-outros-tipos-de-eventos-clle4rv40003q0154rlxe0mr9.html>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. 90 anos do Auditório Araújo Vianna são destacados na Câmara Municipal. **Câmara Municipal de Porto Alegre**, 18 set. 2017.
- COMUNELLO, P. Alegrow vai montar loja em antigo posto de combustível da Redenção. **Jornal do Comércio**, 15 de mar. 2024. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/colunas/minuto-varejo/2024/03/1146652-alegrowvai-montar-loja-em-antigo-posto-de-combustivel-da-redencao.html>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- CORREIO DO POVO. O luxuoso cassino na Porto Alegre da década de 1930. **Correio do Povo**, 17 ago. 2024. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/redescobrir-a-cidade/o-luxuoso-cassino-na-porto-alegre-da-d%C3%A9cada-de-1930-1.1523868>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- COUTO, J. F. A fragmentação de um lugar: uma história recontada através da dispersão dos bancos do Antigo Auditório Araújo Vianna. **UFRGS**, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/273862>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- CZARNOBAY, A. Autorizado início das obras do complexo gastronômico na Redenção. **Prefeitura de Porto Alegre**, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smamus/noticias/autorizado-inicio-das-obras-do-complexo-gastronomico-na-redencao>. Acesso em: 7 out. 2024.

ESTEVA, G. Commoning in the new society. **Community Development Journal**, v. 49, p. i144-i159, 2014.

FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis. In: **The Routledge handbook of discourse analysis**. Routledge, 2013. p. 9-20.

GRAEBER, D; WENGROW, D. **The dawn of everything: a new history of humanity**. Allen Lane, 2021.

GOMES, L. Coletivo Preserva Redenção pede ao Iphan tombamento nacional do Parque Farroupilha. **Sul21**, Porto Alegre, 14 jul. 2023. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2023/07/coletivo-preserva-redencao-ped-e-ao-iphan-tombamento-nacional-do-parque-farroupilha/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

G1. Prefeitura de Porto Alegre lança edital de concessão do Auditório Araújo Vianna. **G1**, Rio Grande do Sul, 29 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/05/29/prefeitura-de-porto-alegre-lanca-edital-de-concessao-do-auditorio-araujo-vianna.ghtml>. Acesso em: 2 dez. 2024.

HARDIN, G. **The Tragedy of the Commons**. Science, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

ISAÍAS, C. Criado em 1953, Orquidário da Redenção é demolido pela prefeitura. **Correio do Povo**, 29 mar. 2018. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/criado-em-1953-orquid%C3%A1rio-da-reden%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-demolido-pela-prefeitura-1.257601>. Acesso em: 7 out. 2024.

JOE, J. A maioria do Porto Alegre em Cena. **Extra Classe**, 10 set. 2000. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/cultura/2000/09/a-maioridade-do-porto-alegre-em-cena/>. Acesso em: 2 dez. 2024.

LATOUCHE, S. Descolonização do imaginário. In: D'ALISA, G; DEMARIA, F; KALLIS, G. **Decrescimento: vocabulário para um novo mundo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016.

LOPES, L. G. Auditório Araújo Vianna passa por revitalização. **Correio do Povo**, 19 fev. 2020. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/artegenda/audit%C3%B3rio-ara%C3%BAjo-vianna-passa-por-revitaliza%C3%A7%C3%A3o-1.400495>. Acesso em: 7 out. 2024.

LUCHIARI, M. T. D. P. Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano. **Geografia UNESP**, p. 47-60, 2006.

MALINOSKI, A. Após revitalização, pista do Parque Ramiro Souto é entregue para a comunidade. **Gaúcha ZH**, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2024/03/apos-revitalizacao-pistado-parque-ramiro-souto-e-entregue-para-a-comunidade-clua13lw2005q019mrkkc33rg.html>. Acesso em: 16 nov. 2024.

MENESES, U. T. B.. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. **Patrimônio: atualizando o debate**, IPHAN, 2005.

MIÑO, O. A. S. Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente. **Presidente Prudente: Tese em Geografia, UNESP**, 2004.

NABINGER, F. Cercamento da Redenção e de outros parques não está nos planos da prefeitura de Porto Alegre. **Correio do Povo**, 25 abr. 2022. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/cercamento-da-reden%C3%A7%C3%A3o-e-de-outros-parques-n%C3%A3o-est%C3%A1-nos-planos-da-prefeitura-de-porto-alegre-1.811151>. Acesso em: 13 out. 2024.

OSTROM, E. **Governing the commons: The evolution of institutions for collective action**. Cambridge University, 1990.

PEDROSO, L. F. Transgressão do Bom Fim. **UFRGS**, 2009. Disponível em: lume.ufrgs.br/handle/10183/18359. Acesso em: 15 nov. 2024.

REDEL, C. Livro recupera as histórias do icônico bar Escaler, que marcou época no bairro Bom Fim. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 06 set. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/livros/noticia/2021/09/livro-recupera-as-historias-do-icone-bar-escaler-que-marcou-epoca-no-bairro-bom-fim-ckt268hk400cq01938q1gkf09.html>. Acesso em: 05 dez. 2024.

RIBEIRO, M. Após sete anos e muita polêmica, o Auditório Araújo Vianna volta à ativa. **Sul21**, 20 set. 2012. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-noticias-2/2012/09/apos-sete-anos-e-muita-polemica-o-auditorio-araujo-vianna-volta-a-ativa/>. Acesso em: 15 out. 2024.

ROLLSING, C. Melo confirma desistência de construir estacionamento subterrâneo na Redenção. **Zero Hora**, Porto Alegre, 02 mar. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2023/03/melo-confirma-desistencia-de-construir-estacionamento-subterraneo-na-redencao-cler9c47s005e016m2vavuw9d.html>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SAMUEL, Felipe. Ambientalistas pedem tombamento nacional do Parque da Redenção. **Correio do Povo**, 24 jul. 2023. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/ambientalistas-pedem-tombamento-nacional-do-parque-da-reden%C3%A7%C3%A3o-1.1067047>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SANTOS, A. C. S. **Territórios Negros em Porto Alegre**. Porto Alegre, 2017.

SILVA, Daniela Moreira da. Por trás da Feira: estudo de caso da Feira Ecológica do Bom Fim, Porto Alegre/RS. **UFRGS**, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/254154>. Acesso em: 21 nov. 2024.

VELLEDA, Luciano. Parque da Redenção vira estacionamento durante evento no Araújo Vianna. **Sul21**, 21 ago. 2024. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2024/08/parque-da-redencao-vira-estacionamento-durante-evento-no-araujo-vianna/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

VERDUM, R; et al. Cercamento do Parque Farroupilha ou prisão? **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, UFRGS**, p. 123-148, 2015.

VIEIRA, D. M; et al. Porto Alegre 250 anos: aspectos históricos e culturais. Porto Alegre: **Oikos Editora**, 2022.

WEBER, Jéssica Roberta. De touradas a cassino: nove atrações que movimentaram a Redenção. **GaúchaZH**, 18 set. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/09/de-touradas-a-cassino-nove-atracoes-que-movimentaram-a-redencao-ckf7cyyqa0002014vpqr7515d.html>. Acesso em: 16 nov. 2024.

ZAMBONI, V. Percorrendo as marcas de distintas temporalidades no bairro Bomfim. **Illuminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens, UFRGS**. Porto Alegre, RS. N. 17, 2007.